



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

9º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

VOLTA REDONDA

10º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

BARRA DO PIRAÍ

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2025 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Sobre o princípio da publicidade, assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) A Constituição Federal consagrou expressamente o princípio da publicidade como um dos vetores imprescindíveis à Administração Pública, conferindo-lhe absoluta prioridade na gestão administrativa e garantindo pleno acesso às informações a toda a sociedade.
- b) O acesso às informações consubstancia-se em verdadeira garantia instrumental ao pleno exercício do princípio democrático.
- c) Salvo situações excepcionais, a Administração Pública tem o dever de absoluta transparência na condução dos negócios públicos.
- d) A restrição de dados referentes à saúde pública encontra amparo na proteção à intimidade e à confidencialidade dos dados sensíveis, razão pela qual a Administração pode limitar o acesso a essas informações, sem que isso configure ofensa aos princípios da publicidade, da transparência ou ao direito fundamental de acesso à informação.
- e) À consagração constitucional de publicidade e transparência corresponde a obrigatoriedade do Estado em fornecer as informações necessárias à sociedade.

2) Sobre as gerações de direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos de primeira geração são aqueles ligados preponderantemente a fatores sociais.
- b) São fundamentalmente ligados ao valor liberdade e seus desdobramentos.
- c) São ligados preponderantemente ao valor solidariedade.
- d) Correspondem à dignidade da pessoa humana.
- e) A segunda geração de direitos fundamentais tem como pilar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

3) Sobre a ação direta de inconstitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Serve à impugnação do direito pré-Constituição de 1988.
- b) Serve ao reconhecimento do fenômeno da recepção.
- c) Pode ser proposta para sanar omissão constitucional.
- d) Serve à impugnação de normas municipais em contraste com a Constituição Federal.
- e) Não pode ter como parâmetro de controle norma estadual em contraste com a Constituição Federal.

4) São legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade:

- a) Presidente da República, Procurador-Geral da República, os Conselhos Federal e Estaduais da OAB.
- b) Procurador-Geral da República, Mesa de Assembleia Legislativa e qualquer partido político.
- c) Conselho Federal da OAB, confederação sindical e sindicato com representação em, no mínimo, dez estados da federação.
- d) Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados e Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- e) Governador de Estado, Procurador-Geral da República e Advogado-Geral da União.

5) Sobre as normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) Normas constitucionais originárias não podem ser declaradas inconstitucionais.
- b) Normas constitucionais derivadas não podem ser declaradas inconstitucionais.

- c) Emendas constitucionais são limitadas pelas cláusulas pétreas, podendo, contudo, suprimir direitos e garantias individuais.
- d) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que aprovado o requerimento por 3/5 da Casa Legislativa respectiva.
- e) Emendas à Constituição podem ser aprovadas na vigência de intervenção federal, mas não na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio.

6) Ainda sobre as normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) As normas de eficácia plena têm aplicabilidade direta e imediata, desde que complementadas por norma infraconstitucional.
- b) As normas de eficácia contida têm aplicabilidade direta e imediata, não comportando fator de restrição.
- c) As normas de eficácia contida têm aplicabilidade direta e imediata, só tendo seus efeitos contidos quando o fator de restrição autorizado pelo texto constitucional for implementado.
- d) As normas de eficácia limitada têm aplicabilidade direta e imediata, dependendo da atuação do legislador ordinário para produzir efeitos.
- e) As normas de eficácia limitada, como todas as normas constitucionais, possuem aplicabilidade direta e imediata, contendo apenas autorização para que o legislador lhes imponha um fator de restrição posteriormente.

7) O processo informal de alteração da Constituição que possibilita modificar o sentido de norma constitucional originária, sem alterar o seu texto, é denominado:

- a) Interpretação constitucional flexível.
- b) Interpretação conforme a Constituição.
- c) Recepção constitucional.
- d) Mutação constitucional.
- e) Método da desconstitucionalização das normas constitucionais.

8) A controvérsia constitucional sobre dispositivo de lei estadual anterior à Constituição da República pode ser solucionada pela proposição da seguinte ação, por legitimado constitucional, perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) Ação direta de inconstitucionalidade.
- b) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- c) Ação declaratória de constitucionalidade.
- d) Mandado de injunção.
- e) Mandado de segurança.

9) Determinada autoridade administrativa, de forma injustificada, se recusa a fornecer, em prazo razoável, uma certidão contendo informações sensíveis relativas à pessoa de um cidadão, constantes do banco de dados do órgão público que dirige. O remédio constitucional que melhor se adequa à situação é:

- a) O mandado de segurança.
- b) A ação popular.
- c) O mandado de injunção.
- d) A ação de rito comum com pedido de antecipação de tutela.
- e) O *habeas data*.

10) Sobre as comissões parlamentares de inquérito, assinale a alternativa correta:

- a) Têm poderes de investigação próprios das autoridades policiais.
- b) Podem ser criadas por decisão do presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- c) Terão prazo certo, podendo funcionar por prazo indeterminado a depender da gravidade dos fatos investigados e de aprovação por quórum qualificado.
- d) São criadas mediante requerimento de 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em conjunto ou separadamente.
- e) Devem ter suas conclusões sempre encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal das pessoas investigadas.

DIREITO CIVIL

11) O Código Civil de 2002 trouxe importante avanço na temática dos Direitos da Personalidade. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O pseudônimo não goza de proteção legal, tendo em vista a importância dada ao nome pela legislação civil.
- b) É vedada a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, mesmo com objetivo científico ou altruístico.
- c) O Código Civil não traz qualquer meio de proteção em face de atos lesivos à imagem do morto.
- d) Sobre a tutela judicial dos direitos da personalidade, o Código Civil estabelece apenas a possibilidade de fazer cessar a lesão ou ameaça de lesão, sem possibilidade de outras sanções.
- e) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

12) Assinale a alternativa que não traduz forma de emancipação do menor de 18 anos:

- a) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria.
- b) Pela colação de grau em curso de ensino superior.
- c) Pelo exercício de emprego público temporário.
- d) Pela concessão da emancipação pelos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- e) Pelo casamento.

13) Observe as assertivas a seguir a respeito dos bens públicos:

I – Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

II – Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.

III – É vedada a cobrança para o uso comum dos bens públicos.

IV – Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar

V – São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, II, III, IV.
- c) I, III, IV e V.
- d) I, IV e V.
- e) II, IV e V.

14) Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se de forma ampla.
- b) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

- c) As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.
- d) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- e) A validade do negócio jurídico depende, dentre outros requisitos, de objeto lícito, possível, determinado ou ao menos determinável.

15) Observe as assertivas a seguir a respeito da desconsideração da personalidade jurídica tratada pelo Código Civil:

I – O Código Civil adota a Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica.

II – De acordo com o art. 50 do Código Civil, o abuso da personalidade jurídica ocorre com o desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

III – A mera existência de grupo econômico não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica sem a presença de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

IV – A personalidade jurídica pode ser desconsiderada em razão da dificuldade de localização de bens aptos a saldar suas dívidas.

V – Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, III, IV e V.
- d) I, III e V.
- e) II, III e V.

16) Assinale a alternativa que não corresponde a uma forma de extinção da obrigação civil de acordo com o Código Civil:

- a) Remissão.
- b) Pagamento.
- c) Compensação.
- d) Caducidade.
- e) Confusão.

17) Sobre os contratos, assinale a alternativa correta:

- a) As partes não têm liberdade de criarem contratos atípicos, devendo se ater às modalidades contratuais previstas no Código Civil.
- b) O distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.
- c) A cláusula resolutiva, expressa ou tácita, sempre exige a provimento judicial com trânsito em julgado para ser implementada.
- d) Os contratos aleatórios são aqueles que dizem respeito a obrigações de dar coisa incerta.
- e) Nos contratos bilaterais, a parte contratante que esteja inadimplente com sua obrigação pode exigir o cumprimento da obrigação da outra parte.

18) Assinale a alternativa incorreta referente à prescrição e decadência, considerando o que dispõe o Código Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- a) Segundo o STJ, a pretensão de reparação civil prescreve em 3 (três) anos, o que engloba tanto a responsabilidade civil contratual quanto a extracontratual.
- b) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- c) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- d) Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- e) Segundo o STJ, a pretensão de reparação por responsabilidade civil contratual prescreve em 10 (dez) anos.

19) Fausto e Paula, ao saberem que seu filho está naufragando na costa de Cabo Frio, contratam o pescador Felipe para efetuar o resgate. Felipe, sabendo do naufrágio e do desespero dos pais, decidiu cobrar um milhão de reais para efetuar o resgate, preço muito superior ao que normalmente é cobrado. De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico entabulado entre as partes é:

- a) Anulável em razão do vício de lesão, com prazo decadencial de 4 anos para sua desconstituição, a partir do dia em que se tomou conhecimento da necessidade financeira dos alienantes.
- b) Nulo em razão do vício de dolo, com prazo decadencial de 4 anos para sua desconstituição a partir do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- c) Anulável em razão do vício de dolo, com prazo prescricional de 5 anos para sua desconstituição a partir do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- d) Nulo em razão do vício de lesão, com prazo decadencial de 1 ano para sua desconstituição a partir do dia em que se tomou conhecimento da necessidade financeira dos alienantes.
- e) Anulável em razão do vício de estado de perigo, com prazo decadencial de 4 anos para sua desconstituição a partir do dia em que se realizou o negócio jurídico.

20) De acordo com o Código Civil, considera-se empresário aquele:

- a) Que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) Que é dono de empresa.
- c) Que é sócio de sociedade anônima.
- d) Que possui patrimônio composto de renda passiva.
- e) Que administra sociedade empresária com intuito de lucro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Princípios jurídicos são preceitos basilares, cujo conteúdo pode inicialmente ser indeterminado, mas que conformam uma diversidade de regras jurídicas. No Processo Civil Brasileiro, o princípio que estabelece que o processo não é um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar a realização do direito material é princípio do(a):

- a) Devido processo legal;
- b) Legalidade;
- c) Duração razoável do processo;
- d) Instrumentalidade;
- e) Ampla defesa.

22) O Direito Processual integra o ramo do Direito:

- a) Econômico;
- b) Privado;
- c) Público;
- d) Civil;
- e) Tributário.

23) De acordo com o Código de Processo Civil, acerca da jurisdição e da ação, considere as seguintes afirmativas:

I – Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade;

II - Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, ainda que autorizado pelo ordenamento jurídico;

III - É inadmissível a ação meramente declaratória, quando houver ocorrido a violação de direito;

IV - A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional.

São CORRETAS as seguintes afirmativas:

- a) I e III apenas;
- b) I, II, III e IV;
- c) I, III e IV apenas;

- d) I e II apenas;
- e) I e IV apenas.

24) Após a publicação de determinada decisão judicial, houve alteração na legislação que disciplina o recurso para impugnar o referido pronunciamento do juiz. Nesse caso, a lei aplicável à interposição do recurso é aquela:

- a) vigente à época da propositura da ação;
- b) vigente à época da publicação da decisão;
- c) vigente à data em que a decisão foi prolatada;
- d) vigente à época da citação;
- e) vigente à época do trânsito em julgado.

25) De acordo com o artigo 149 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa que não pode ser considerado um auxiliar da Justiça:

- a) o oficial de justiça;
- b) o perito;
- c) o juiz;
- d) o regulador de avarias;
- e) o partidor.

26) Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca da competência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ação acessória será proposta no juízo competente para a ação principal;
- b) Para as ações fundadas em direito real sobre móveis é competente, em regra, o foro de situação da coisa;
- c) Prorrogar-se-á a competência absoluta se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação;
- d) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é modificável por convenção das partes;
- e) Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação não poderá ser proposta no foro de domicílio do autor.

27) Caio propôs ação indenizatória em face do Estado do Rio de Janeiro, tendo o juízo da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Volta Redonda prolatado sentença condenando o Estado a indenizar o autor em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Considerando que a sentença avaliou equivocadamente a prova dos autos, a Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ) busca reformá-la. Dessa decisão cabe:

- a) apelação, no prazo de 15 dias úteis;
- b) agravo de instrumento, no prazo de 30 dias corridos;
- c) apelação, no prazo de 30 dias úteis;
- d) agravo de instrumento, no prazo de 15 dias corridos;
- e) apelação, no prazo de 15 dias corridos.

28) O juiz poderá conhecer de ofício das matérias abaixo citadas, EXCETO:

- a) ausência de legitimidade;
- b) inépcia da inicial;
- c) nulidade da citação;
- d) prescrição;
- e) incompetência territorial.

29) São elementos da ação:

- a) interesse processual e legitimidade das partes;
- b) interesse processual, legitimidade das partes e possibilidade jurídica do pedido;
- c) competência e jurisdição;

- d) partes, pedido e causa de pedir;
- e) valor da causa e instrumento de mandato.

30) No que diz respeito à sentença, haverá resolução do mérito quando o juiz:

- a) Reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada;
- b) Acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;
- c) Homologar a desistência da ação;
- d) Verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
- e) Decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.